



ITAÚSA

Demonstrações Contábeis Completas

31 de Dezembro de 2015



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

Os países desenvolvidos continuaram a se recuperar em 2015, apesar de alguma desaceleração no quarto trimestre. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB em 2015 foi de 2,4%. A taxa de desemprego caiu para 5,0% no quarto trimestre de 2015 comparado aos 5,7% observados no final de 2014. Na zona do euro, o crescimento acumulado em quatro trimestres até setembro foi de 1,3%. Os níveis de emprego na Europa têm aumentado.

Nos países emergentes, houve desaceleração do crescimento. O PIB da China expandiu 6,9% em 2015, comparado ao crescimento de 7,3% em 2014. No quarto trimestre, os preços das principais commodities continuaram em queda.

No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração. O PIB do terceiro trimestre teve uma contração de 1,7% na comparação com o segundo trimestre de 2015. Indicadores preliminares sugerem uma nova contração no quarto

trimestre. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, depois de atingir 4,3% em dezembro de 2014, se elevou para 6,9% em dezembro de 2015.

A inflação medida pelo IPCA atingiu 10,7% em 2015, ante 6,4% no ano anterior. A maior parte dessa aceleração foi decorrente do impacto dos preços administrados, que aumentaram 18,1% no período (ante 5,3% em 2014). Os preços livres também subiram mais em 2015 (8,5%, após 6,7% em 2014), refletindo a maior pressão da taxa de câmbio. O Banco Central (BC) elevou a taxa de juros para 14,25% em julho, mas a manteve nesse nível nas reuniões de setembro, outubro e novembro.

O real perdeu valor frente ao dólar e terminou dezembro em R\$ 3,96/US\$, ante R\$ 2,66/US\$ ao fim do ano passado. As incertezas políticas e econômicas, bem como o rebaixamento do Brasil para grau especulativo pelas agências de risco Standard & Poor's e Fitch afetaram o real. Ao fim do ano, o Banco Central mantinha um estoque de swaps cambiais da ordem de US\$ 110 bilhões e US\$ 370 bilhões de reservas internacionais.

O desempenho fraco da indústria permaneceu ao longo do quarto trimestre. A produção industrial retraiu 8,3% em 2015 ante 2014. A produção de bens de capital contraiu 25,5%, apresentando o maior recuo entre as categorias de bens industriais (bens de consumo, capital e intermediários). Todas as categorias apresentaram contração. A produção de insumos da construção civil recuou 12,9% no ano passado. Na indústria química, as vendas internas recuaram 5,4% em 2015, segundo a Abiquim. A confiança dos empresários em baixo patamar, os altos estoques e as incertezas no mercado doméstico dificultam uma recuperação do setor industrial no curto prazo.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -3,7% em dezembro de 2015, em termos reais, contra uma expansão de 4,6% um ano antes. As concessões acumuladas em 12 meses até dezembro de 2015 recuaram 11,1%, em termos reais, contra uma queda de 1,1% em dezembro de 2014. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física subiu 0,5 p.p nos últimos 12 meses para 4,2% em dezembro de 2015. Já no crédito para Pessoa Jurídica, a inadimplência tem subido desde janeiro de 2015, atingindo 2,6% em dezembro de 2015 (1,9% em dezembro de 2014)

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Sustentabilidade

Pelo décimo segundo ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2015/2016, a carteira é integrada por 317 empresas de 26 países, das quais apenas 6 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A..

A Itaúsa obteve a maior nota do setor bancário nos quesitos:

- Política/Medidas Anticrime;
- Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico;
- Inclusão Financeira;
- Reporte Social; e
- Retenção e Atração de Talentos.

Além disso, a Itaúsa, o Itaú Unibanco e a Duratex foram novamente selecionados para compor a carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

Pelo nono ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE). Também figuram nesta seleta lista o Itaú Unibanco e a Duratex. A nova carteira reúne 40 ações de 35 companhias, representando 16 setores que somavam R\$ 960 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 44,75% do valor de mercado total das Companhias com ações negociadas na BM&FBovespa (em 24.11.2015). Esta nova carteira passou a vigorar em 2016.

Eventos Societários e Retorno aos Acionistas

Em reuniões de 09.02.2015 e 27.04.2015, o Conselho de Administração aprovou aumento do capital social em R\$ 300 milhões, mediante subscrição particular de ações. O preço de subscrição foi fixado em R\$ 6,70 por ação ordinária ou preferencial, tendo como parâmetro a cotação média ponderada das ações preferenciais no período de 06.10.2014 a 02.02.2015, ajustada com deságio de 30%. As ações subscritas foram creditadas nas contas dos acionistas no final do dia 30.04.2015.

A exemplo do que ocorreu nos dois últimos anos, a Assembleia Geral (AGO/E) de 30.04.2015 aprovou bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 5,0 bilhões. A

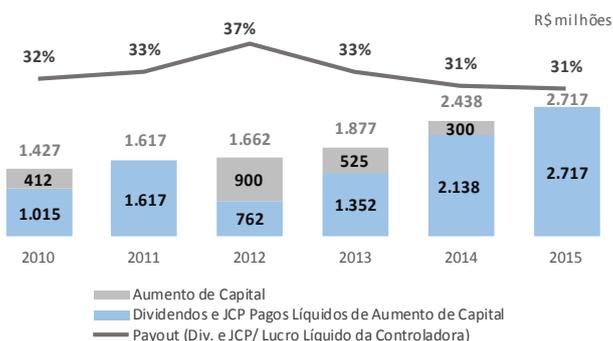
bonificação ocorreu de forma gratuita, sendo atribuída aos acionistas 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 04.05.2015. O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$ 8,137540972 por ação impactando o preço médio da carteira dos acionistas. As novas ações foram creditadas no dia 08.05.2015. Considerando que o valor dos dividendos trimestrais por ação (R\$ 0,015) foi mantido, os acionistas tiveram elevação de 10% nesse fluxo.

Nessa mesma Assembleia, deliberou-se o cancelamento de 10.547.800 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria em 31.03.2015, sendo 8.227.800 ordinárias e 2.320.000 preferenciais, adquiridas pelo montante de R\$ 96,5 milhões.

Reunido em 18.02.2016, o Conselho de Administração deliberou:

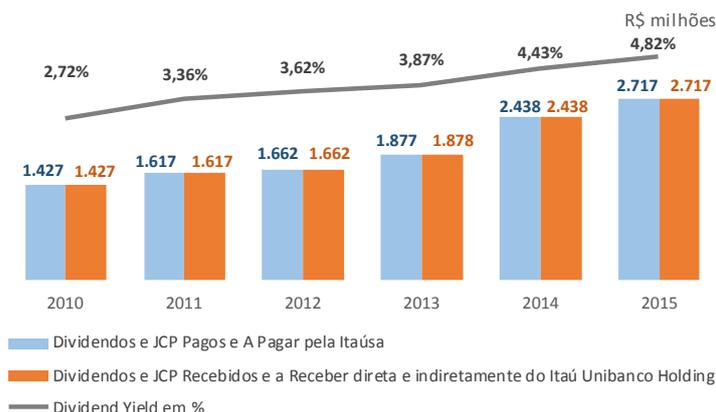
- Pagar, em 29.02.2016, os juros sobre o capital próprio (JCP) declarados em 07.12.2015, no valor de R\$ 0,120900 por ação (R\$ 0,102765 por ação líquidos de IR na fonte);
- Declarar dividendos complementares no valor de R\$ 0,07550 por ação, por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2015, que serão pagos em 29.02.2016 com base na posição acionária final do dia 18.02.2016;
- Declarar JCP adicionais ao mínimo obrigatório de 2015 no valor de R\$ 0,106306 por ação (R\$ 0,09036 por ação líquidos de IR na fonte), que serão pagos em 29.02.2016 com base na posição acionária final do dia 18.02.2016.

Por conta do resultado apurado no exercício de 2015, a remuneração aos acionistas totalizará R\$ 2.717 milhões em dividendos/JCP, líquidos de impostos. O *payout* (dividendos e JCP / lucro líquido da Controladora) de 2015 foi de 31%, mesmo percentual do ano de 2014.



Ao final de dezembro de 2015, o retorno^(a) do investimento em dividendos/JCP (*dividend yield*) ao acionista em relação à cotação média do ano da ação preferencial (ITSA4), líquido de impostos, foi de 4,82%.

(a) Dividendo/JCP Líquido p/ ação relativo ao ano base (x) - ajustada por bonificação, desdobramento e grupamento. Cotação Média da ação PN no ano(x) - ajustada por proventos, exceto dividendos.



Programa de Recompra

Em 09.11.2015 foi renovado o programa de recompra de ações, que autoriza a aquisição de até 75,0 milhões de ações de emissão própria (25,0 milhões de ordinárias e 50,0 milhões de preferenciais). As aquisições poderão ser realizadas até maio de 2017.

Reunião Pública - APIMEC

Em 20 de agosto de 2015 a Itaúsa realizou a 15ª reunião pública consecutiva anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a Apimec, para apresentar os resultados do Conglomerado. O evento realizado no Hotel Unique, em São Paulo – SP, foi acompanhado por cerca de 260 participantes no local e também foi transmitido ao vivo pela Internet.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na pág. 06).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente					Em R\$ Milhões
	01/01 a 31/12/2015	%	01/01 a 31/12/2014	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	8.482	99,8%	7.696	99,2%	10,2%
Área Industrial	16	0,2%	61	0,8%	-73,8%
Duratex	76	0,9%	125	1,6%	-39,2%
Elekeiroz	(29)	-0,3%	(19)	-0,2%	52,6%
Itautec	(31)	-0,4%	(45)	-0,6%	-31,1%
Outros	-	0,0%	2	0,0%	
Total REP Recorrente	8.498	100,0%	7.759	100,0%	9,5%
Resultado Próprio da Itaúsa	(82)		(186)		
Despesas Gerais e Administrativas	(40)		(34)		
Receitas/Despesas Financeiras	98		68		
Despesas Tributárias	(227)		(157)		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	12		12		
IR/CS	75		(75)		
Lucro Líquido Recorrente	8.416		7.573		11,1%
Resultado não recorrente	452		338		
Lucro Líquido	8.868		7.911		12,1%

Despesas Gerais e Administrativas (DGA)

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 40,0 milhões em 2015, 17,6% maior que em 2014. Em relação ao lucro líquido, em 2015 as DGAs representaram 0,45%, enquanto em 2014 foram 0,43%.

Receitas/Despesas Financeiras

Em 2015, a Itaúsa registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 98,0 milhões, crescimento de 44,1% em relação a 2014. O resultado líquido positivo no ano decorreu principalmente da rentabilidade sobre as aplicações financeiras.

Despesas Tributárias

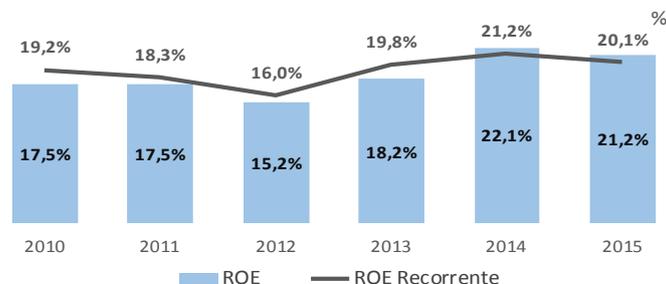
No acumulado do ano, as despesas tributárias totalizaram R\$ 227,0 milhões. Essas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS (9,25%) incidentes sobre receitas financeiras e receita de juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das sociedades investidas.

Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a dezembro de 2015 foi de R\$ 8.416 milhões – crescimento de 11,1% em relação ao ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 20,1%. O lucro líquido no

mesmo período atingiu R\$ 8.868 milhões com rentabilidade de 21,2%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Liquidez

A Itaúsa possui uma sólida posição de liquidez. O total de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação atingiu R\$ 1,1 bilhão ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 16,3% em relação a 2014.

O endividamento^(b) da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de somente 4,6%, sendo que das obrigações totais de R\$ 2,2 bilhões, R\$ 1,4 bilhão era referente a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

(b) $(\text{passivo circulante e não circulante} / \text{total do ativo}) \times 100$

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido	8.868	7.911	126	250	8.994	8.161
Lucro Líquido Recorrente	8.416	7.573	145	226	8.561	7.799
Patrimônio Líquido	44.847	39.226	3.024	3.013	47.871	42.239
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	21,2%	22,1%	4,1%	8,5%	20,0%	21,1%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,1%	21,2%	4,7%	7,7%	19,1%	20,1%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação	R\$ por ação		
	31/12/2015	31/12/2014	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	1,31	1,18	11,2
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	1,25	1,13	10,2
Valor Patrimonial da Controladora	6,64	5,85	13,6
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,40	0,36	10,7
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	6,89	8,58	-19,7
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	46.539	57.585	-19,2

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 30 de abril de 2015.

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido	8.868	7.911	126	250	8.994	8.161
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes D= (A + B + C)	(452)	(338)	19	(24)	(433)	(362)
Próprio (A)	142	3	-	-	142	3
Amortização de Ágios	142	-	-	-	142	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	-	3	-	-	-	3
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (B)	(587)	(236)	-	-	(587)	(236)
Movimentação de Ações em Tesouraria	477	(63)	-	-	477	(63)
Alienação da Operação de Seguros de Grandes Riscos	-	(270)	-	-	-	(270)
Amortização de Ágios	14	-	-	-	14	-
Aprimoramento do Modelo de Provisionamento de Ações Trabalhistas	-	27	-	-	-	27
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	-	21	-	-	-	21
Fundo Previdenciário	49	-	-	-	49	-
Cofins - IRB	-	(22)	-	-	-	(22)
Majoração da Alíquota da CSLL	(1.465)	-	-	-	(1.465)	-
Majoração da Alíquota - Porto Seguro S.A	(6)	-	-	-	(6)	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(14)	9	-	-	(14)	9
Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa - Credicard	-	15	-	-	-	15
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	51	46	-	-	51	46
Provisão para Contingências Fiscais e Previdenciárias	209	-	-	-	209	-
Redução ao Valor Recuperável	19	1	-	-	19	1
Outros	79	-	-	-	79	-
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (C)	(7)	(105)	19	(24)	12	(129)
Duratex	11	(12)	20	(22)	31	(34)
Elekeiroz	(18)	12	(1)	-	(19)	12
Itautec	-	(105)	-	(2)	-	(107)
Lucro Líquido Recorrente	8.416	7.573	145	226	8.561	7.799

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Dezembro	Em R\$ Milhões				CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Área de Serviços Financeiros		Área Industrial		
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.276.415	9.008	763	219	54.830
	2014	1.127.203	8.797	703	290	48.594
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2015	173.428	3.963	894	28	13.942
	2014	154.990	3.985	935	102	12.929
Lucro Líquido	2015	25.740	192	-11	(19)	8.994
	2014	21.555	394	(32)	(39)	8.161
Lucro Líquido Recorrente	2015	22.892	222	(30)	(19)	8.561
	2014	21.083	359	(20)	(46)	7.799
Patrimônio Líquido (PL)	2015	112.252	4.616	455	77	47.871
	2014	99.260	4.609	465	109	42.239
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽³⁾	2015	24,8%	4,1%	-2,4%	-21,1%	20,0%
	2014	24,3%	8,7%	-6,6%	-28,9%	21,1%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽³⁾	2015	22,0%	4,8%	-6,5%	-21,1%	19,1%
	2014	23,8%	7,9%	-4,1%	-34,2%	20,1%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2015	56.881	919	31	1	932
	2014	58.231	1.030	16	(65)	1.105

(1) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.

- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez14 + mar + jun + set + dez)/5).

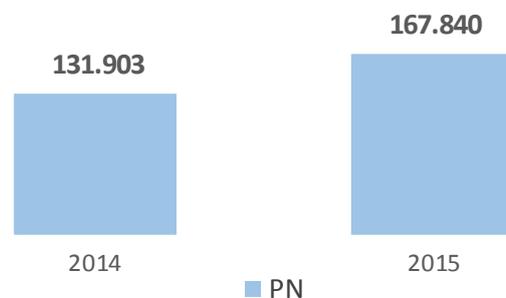
(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o ano de 2015 cotadas a R\$ 6,88, desvalorização de 19,2% em relação à cotação de encerramento no ano anterior, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou desvalorização de 13,3%. As ações ordinárias (ITSA3) encerraram o exercício de 2015 com cotação de R\$ 7,03, queda de 20,1% em relação ao final de 2014.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) em 2015 foi de R\$ 167,8 milhões, em comparação a R\$ 131,9 milhões no ano anterior, com 7.325 mil negócios em 2015 (5.689 mil em 2014).

Volume médio financeiro negociado – diário (R\$ mil)



Recuperação de Ações

Ao longo de 2015, a Itaúsa adquiriu^(d) 2,6 milhões de ações ordinárias e 2,0 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante de R\$ 38,2 milhões. O saldo de ações em tesouraria ao final de dezembro de 2015 atingiu 2,1 milhões de ações ordinárias e 2,0 milhões de ações preferenciais.

(d) Todos os valores foram ajustados pela bonificação de 10% em ações aprovada em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2015. As novas ações foram creditadas aos acionistas no dia 08.05.2015

Desconto Itaúsa

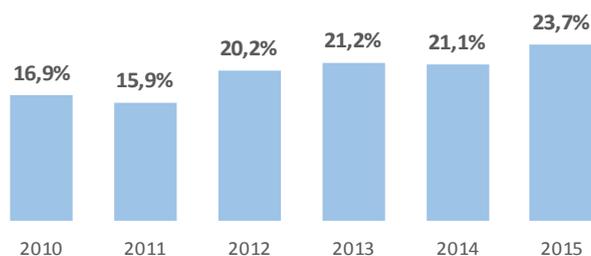
O desconto é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas, acionistas e investidores do mercado de capitais para avaliar o investimento na Itaúsa e diz respeito à diferença entre o valor de mercado verificado para a Itaúsa em comparação com o valor de mercado teórico que se obtém por meio da "soma das partes" que a compõem. A Área de Relações com Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para recebê-lo basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 31 de dezembro de 2015, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 23,7% em relação ao valor de mercado da soma de suas participações nas Companhias, em comparação a 21,1% ao final de 2014.

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era de R\$ 46.539 milhões, queda de 16,5% sobre o ano

anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R\$ 60.975 milhões. O cálculo do valor de mercado considera as cotações das ações mais líquidas (média do último dia do período) multiplicada pela quantidade de ações em circulação.

Histórico Desconto Itaúsa



Portal de Notícias para Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

A Itaúsa adotou a utilização do portal de notícias "Rede de Divulgação" como canal adicional para a divulgação de seus atos e fatos relevantes (www.rededivulgacao.com.br). A adoção da nova forma de divulgação está alinhada com a modernização do regime de divulgação da informação, conforme proposto pela CVM, estreitando o relacionamento da Companhia com os *stakeholders*, em linha com seu compromisso de transparência com o mercado.

5) COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA



Fusão do Itaú Chile com o CorpBanca – Em 2015, a fusão foi aprovada no Chile. Portanto, o Itaú Unibanco obteve todas as autorizações regulatórias no Brasil, Chile, Colômbia e Panamá.

O banco resultante da fusão terá denominação de Itaú CorpBanca, operará sob a marca "Itaú" e será controlado pelo Itaú Unibanco por meio de uma participação acionária de 33,58% em seu capital social.

A concretização da fusão, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2016, trará os seguintes

benefícios para os acionistas do Banco Itaú Chile e do CorpBanca:

- Criação de uma das instituições financeiras mais robustas da América Latina;
- Maior rede de atendimento a clientes;
- Menores custos de *funding* e maior capacidade de alavancagem do capital de Nível 1; e
- Sinergias de custos operacionais.

Essa operação consolida a estratégia do banco de expandir sua presença na América Latina, colocando o banco em posição de destaque no

Chile e na Colômbia, bem como diversificando nossa atuação na região.

Aquisição de ações da ConectCar – Em outubro de 2015, a Rede assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual comprometeu-se a adquirir 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., por meio do pagamento de R\$ 170 milhões à Odebrecht Transport S.A. Os 50% remanescentes do capital social da ConectCar são detidos pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A. A operação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e pelo BACEN no final de 2015.

Aquisição de controle – Recovery – Em dezembro de 2015, o Itaú Unibanco celebrou um contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”) por meio do qual se comprometeu a adquirir 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (“Recovery”), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery.

Após a obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias e do cumprimento de determinadas condições suspensivas, serão pagos R\$ 640 milhões ao BTG por referida participação.

Em conjunto com a aquisição da participação no capital social da Recovery, o Itaú Unibanco se comprometeu, nessa mesma operação, a adquirir aproximadamente 70% de um *portfolio* de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras, decorrentes de créditos originados principalmente de alguns bancos do mercado. Sujeito às mesmas condições precedentes para a aquisição da participação no capital social da Recovery, serão pagos R\$ 570 milhões ao BTG pela participação em tal *portfolio*.

Gestora de Inteligência de Crédito – Em 21 de janeiro de 2016, o Itaú Unibanco comunicou ao mercado a assinatura de Memorando de Entendimentos com outros quatro bancos, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC), que será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado, onde cada banco deterá 20%. A GIC desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias, de pessoas físicas e jurídicas que autorizarem expressamente a sua inclusão no banco de dados conforme exigido pelas normas aplicáveis. Tal atuação propiciará uma maior troca de informações sobre tais pessoas físicas e jurídicas, permitindo o

desenvolvimento e o alcance de maior eficiência na gestão do crédito, o que poderá facilitar, para os participantes do Sistema Financeiro Nacional e as demais empresas no mercado de crédito, a concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos. A operacionalização técnica da GIC será realizada em conjunto com parceiro técnico selecionado para desenvolver e implementar a plataforma tecnológica e analítica da GIC por meio de contrato de prestação de serviços. A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre os cinco bancos, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Desempenho Econômico

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 37,36% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

Em 2015, o lucro líquido foi de R\$ 26,2 bilhões, com evolução de 19,6% em relação a 2014, e a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio⁽¹⁾ foi de 24,8%. O resultado, apurado em um período econômico desafiador, foi alcançado em função da continuidade de uma estratégia focada em linhas de crédito de menor risco, receitas de seguros e serviços, ao mesmo tempo em que a instituição manteve sua disciplina no controle dos custos.

(1) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores pelo Patrimônio Líquido Médio dos Acionistas Controladores.

Ativos

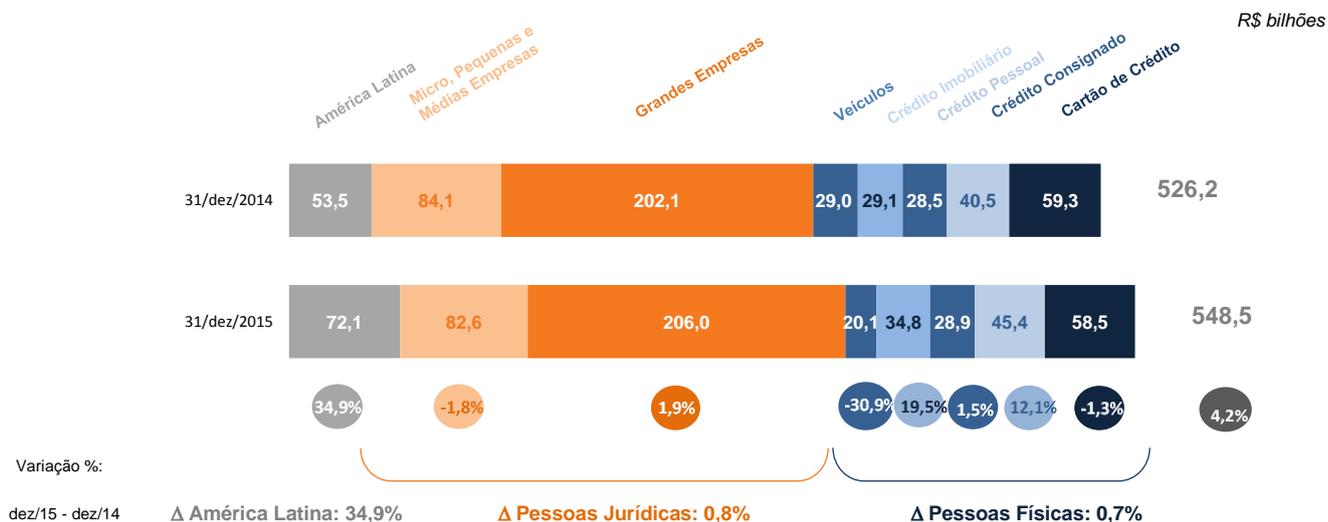
O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,3 trilhão ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido aos crescimentos das aplicações no mercado aberto e dos ativos financeiros mantidos para negociação.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com maiores garantias.

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 548,5 bilhões, com crescimento de 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2014, devido principalmente ao aumento das carteiras de crédito consignado, crédito imobiliário, grandes empresas e América Latina.

Apresentamos a abertura da carteira, com avais e fianças, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:



Inadimplência

A estratégia do Itaú Unibanco de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2011, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira. Em função da conjuntura econômica:

- ➔ índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,5% em 31 de dezembro de 2015, aumento de 0,4 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2014.
- ➔ na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 5,4% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- ➔ na carteira de clientes pessoas jurídicas atingiu 1,9% ao final de dezembro de 2015, aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

O índice de cobertura da carteira com atraso acima de 90 dias atingiu 164% em dezembro de 2015, crescimento de 4,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,9 trilhão em 31 de dezembro de 2015, aumento de 13,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação a dezembro de 2014, os depósitos à vista somados aos de poupança aumentaram 3,1% em relação ao ano anterior. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 73,0% em 31 de dezembro de 2015.

Solidez do Capital

Visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos seus negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN (Consolidado Prudencial*), conforme evidenciado pelo índice de Basileia e pelos índices de Capital Principal e Nível II (consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos – Pilar 3” no site de Relações com Investidores do Itaú Unibanco (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Governança Corporativa).

Ao final de dezembro de 2015 o índice de Basileia atingiu 17,8%, sendo 14,0% de Capital Principal,

composto principalmente por capital social, certas reservas e lucros retidos e ajustes prudenciais, e 3,8% de Capital Nível II, composto principalmente por dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva do Itaú Unibanco de absorver perdas.

O montante de dívidas subordinadas que integram o Nível II do capital regulatório do Itaú Unibanco alcançou R\$ 27,1 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

(*) Consolidado Prudencial: Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A sustentabilidade está incorporada à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários. A atuação do Itaú Unibanco é fundamentada por três focos estratégicos: educação financeira, diálogo e transparência e riscos e oportunidades socioambientais.

O gerenciamento do risco socioambiental baseia-se na identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos. Em fevereiro de 2015, a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental foi revisada e publicada com base nos critérios estabelecidos na Resolução do BACEN 4.327. De acordo com esta política, a análise dos riscos socioambientais é realizada com base nas características, necessidades, exposição a riscos e especificidades de cada frente de negócio.

Em 2015, o Itaú Unibanco lançou os *papers* “Riscos e Oportunidades Socioambientais – a trajetória do Itaú Unibanco” e “Escolhas e Dinheiro - Um estudo sobre comportamento e decisões financeiras”, que refletem o posicionamento, atuação e compromissos futuros com os temas de Riscos e Oportunidades Socioambientais e Educação Financeira, respectivamente.

- Itaú Unibanco passa a integrar o Índice de Sustentabilidade Euronext Vigeo – Emerging 70
- Participação no Dow Jones Sustainability World Index (DJSI) pelo 16º ano consecutivo
- Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE) pelo 11º ano consecutivo

- Instituição Financeira Mais Sustentável pela Revista Exame

Investimento Social Privado

Os investimentos realizados na área social – principalmente aqueles voltados ao aprimoramento da educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade urbana – estão vinculados ao propósito de transformar o mundo das pessoas para melhor.

O objetivo é empregar a mesma expertise e eficiência que são aplicadas aos negócios no desenvolvimento de projetos, tecnologias e ferramentas que estimulem as pessoas a obter mais conhecimento e mais consciência crítica, para fazerem melhores escolhas.

Em 2015, foram investidos R\$ 547,6 milhões em projetos, seja por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), seja através de doações e patrocínios realizados pelo Itaú Unibanco, contribuindo em projetos voltados à educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.



Os investimentos somaram R\$ 576,2 milhões no ano de 2015, dos quais R\$ 116,2 milhões referentes à aquisição da Corona e R\$ 178 milhões corresponderam ao plantio e manutenção das áreas florestais. A Companhia continuará apenas com investimentos de manutenção em suas plantas e florestas, com previsão de investimentos de R\$ 420 milhões em 2016.

Dando continuidade às ações internas para ajustar a Companhia ao cenário econômico, a Duratex decidiu adequar sua capacidade, anunciando em dezembro a redução temporária de parte das atividades da unidade de Itapetininga. As linhas de revestimento e alto brilho permanecem ativas e esta unidade mantém-se estratégica para a Companhia, sendo que sua produção será retomada tão logo ocorra a recuperação da economia e do mercado. Os custos de indenização foram reconhecidos inteiramente nesse exercício.

Os principais projetos internos – Orçamento Base Zero (OBZ), Sistema de Gestão Duratex, projeto logístico e desenvolvimentos em TI focando a área de vendas e movimentação de materiais - continuam sendo prioridade na estratégia da empresa em 2016 e deverá continuar a observar os ganhos de economia e eficiência. Os objetivos para o ano estão mapeados e quantificados, e foram incluídos nas metas da alta administração, sendo desdobrados para os níveis gerenciais, juntamente com um acompanhamento

detalhado e mensal, garantindo um esforço de toda a organização para o alcance dessas metas.

Resultados

A receita líquida da Duratex totalizou R\$ 3.963,2 milhões em 2015, redução de 0,5% em relação a 2014, sendo R\$ 348,8 milhões referentes à participação da controlada colombiana Tablemac. O aumento das exportações aliado ao bom desempenho da Tablemac proporcionou uma expansão de 48,1% da receita oriunda do mercado externo no ano comparado com o desempenho de 2014, representando 15% da receita total contra 10% no ano anterior.

Em 2015 o EBITDA ajustado e recorrente somou R\$ 836,7 milhões, uma retração de 12,1% quando comparado ao resultado do acumulado de 2014. A margem EBITDA de 2015 foi de 21,1% em patamar abaixo do observado em 2014 de 23,9%.

O lucro líquido recorrente de 2015 atingiu R\$ 221,9 milhões, 38,2% menor que o registrado no ano anterior.

Fatos que impactaram a queda do lucro líquido recorrente: queda do valor justo do ativo biológico pois em 2014 houve ganho (sem impacto no caixa) na compra de florestas; aumento nas despesas financeiras decorrente do aumento das taxas de juros. Do lado positivo, o reconhecimento do ganho do IR devido ao aproveitamento integral do ganho fiscal do JCP, declarado no seu limite.

A dívida líquida da Companhia em 31.12.2015 era de R\$ 1.913,6 milhões, Esse nível de endividamento líquido equivale a 2,29x o EBITDA recorrente ajustado dos últimos 12 meses e a 41,5% do patrimônio líquido, ao final do ano.

A **Divisão Madeira** apresentou queda de volume em 2015 de 10,4% em relação ao ano anterior. A receita líquida da Divisão Madeira totalizou R\$ 2.597,8 milhões no ano, redução de 1,7% em relação a 2014. No acumulado do ano a margem EBITDA ajustada e recorrente foi de 22,9% contra 27,4% em 2014. Essa queda reflete a deterioração da economia ao longo do ano com a piora de volume, e como consequência competição agressiva por preços e aos aumentos de custos, principalmente de energia elétrica, pressionando as margens.

O volume expedido da **Divisão Deca** registrou uma redução de 2,3% em 2015 com relação ao ano anterior (sendo 6,9% excluindo Corona). A queda de volume na Deca foi similar em cada trimestre de 2015, mostrando uma tendência de piora no mercado

causado pela desaceleração do setor imobiliário e impacto da diminuição do consumo na economia de forma geral. No ano, a receita líquida foi de R\$ 1.365,4 milhões, com um incremento de 1,7% em relação a 2014. A margem EBITDA ajustada e recorrente foi de 17,7% (17,0% em 2014). O resultado da Corona está consolidado na Divisão Deca desde o terceiro trimestre de 2015.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

Como reconhecimento por seus projetos e iniciativas sustentáveis, a Duratex recebeu em 2015, mais uma, vez o Prêmio LIDE Empreendedorismo na categoria Empresa Empreendedora em Sustentabilidade.

A Unidade Florestal RS manteve a certificação FSC (Forest Stewardship Council®). Há 20 anos, a Duratex foi a primeira empresa florestal da América do Sul e décima do mundo a obter o certificado FSC.

A Duratex lançou, na unidade de Louças Paraíba, a primeira turma do Formare na Divisão Deca. Um grupo formado por 20 jovens entre 16 e 18 anos de idade foi inscrito no curso Assistente em Processos de Qualidade de Empresas. As aulas contarão com a participação de 41 colaboradores da fábrica como educadores voluntários. Essa é a quinta unidade da empresa a oferecer o programa.

Elekeiroz

Os investimentos alcançaram R\$ 82,8 milhões em 2015. Destaque para a conclusão do projeto de interligação e adaptação da planta de gases industriais (PGE) ao complexo da empresa em Camaçari e ao aumento de capacidade de produção de ácido sulfúrico em Várzea Paulista.

Resultados

No acumulado de 2015 o volume expedido foi de 410,4 mil/ton, queda de 8%, influenciada pelas paradas programadas para manutenção realizadas no primeiro semestre nas plantas de gás de síntese, álcoois e anidrido ftálico em Camaçari e ácido sulfúrico em Várzea Paulista.

A Receita Líquida de 2015 foi de R\$ 894,3 milhões, 4% abaixo do realizado em 2014. O mercado interno e as exportações apresentaram retrações de, respectivamente, 2% e 24%.

O lucro bruto de 2015 foi 34% maior que o do ano anterior, devido principalmente aos projetos de melhoria e redução de custos concluídos no primeiro

semestre que propiciaram uma recuperação nos resultados a partir do 3º trimestre.

Resultados não recorrentes: em 2015 os resultados da Companhia foram impactados por três eventos de natureza não recorrente: (i) alienação de um imóvel não utilizado nas operações, (ii) reversão de excesso de provisões de causas encerradas em 2015, e (iii) reconhecimento de créditos fiscais decorrentes de ação judicial transitada em julgado.

Em 2015 o EBITDA foi de R\$ 45,5 milhões, sensivelmente superior aos R\$ 6,7 milhões negativos em 2014.

A empresa apresentou prejuízo líquido de R\$ 11,0 milhões em 2015 (R\$ 32,3 milhões de prejuízo em 2014).

Ao final de 2015 a dívida líquida totalizou R\$ 157,0 milhões, sendo que 44% da dívida de longo prazo tem vencimento a partir de 2019. A dívida líquida correspondia a 35% do patrimônio líquido.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

Atuação Responsável: todas as linhas de produção da Elekeiroz são certificadas pela ISO 9001. Além disso, a empresa faz parte do Programa de Atuação Responsável do International Council of Chemical Association, administrado no Brasil pela ABIQUIM, entidade na qual a Elekeiroz participa de diversas comissões visando o desenvolvimento e a evolução da indústria química no país.

Programa na Mão Certa: a Elekeiroz é aliada do Instituto World Childhood Foundation (WCF) no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras. A campanha “Na mão certa” tem o objetivo de diminuir o número de crianças afetadas pelo problema.

Programa Portas Abertas: a empresa promove visitas periódicas de estudantes de universidades e cursos técnicos da área de química às suas fábricas, para que conheçam a realidade de uma indústria química.

Polo de Cidadania: a Elekeiroz patrocinou o evento, que ofereceu serviços gratuitos para as comunidades nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer em Camaçari.

Adicionalmente, a empresa promoveu ações de voluntariado, com doação de agasalhos e brinquedos a entidades beneficentes.



Em reunião de 25.02.2015, o Conselho de Administração aprovou a intenção da Itaotec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que possui na Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A. (“Oki Brasil”), que deverá ocorrer em janeiro de 2017, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Desta forma, a partir de fevereiro de 2015 o investimento da Itaotec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado contabilmente como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda”.

Durante o ano de 2015 a Itaotec praticamente realizou o estoque remanescente destinado à venda.

A Itaotec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itaotec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus Clientes.

Resultados

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do exercício de 2015 foi de R\$ 28,4 milhões.

O resultado bruto acumulado do exercício foi negativo em R\$ 5,7 milhões.

As despesas operacionais em 2015 atingiram R\$ 29,0 milhões.

O resultado líquido acumulado de 2015 foi um prejuízo de R\$ 19,3 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de 2015 era de R\$ 117,0 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 77,9 milhões, resultando em uma dívida líquida negativa de R\$ 39,1 milhões. Destaca-se que em dezembro de 2015 foi recebido o montante de R\$ 107,0 milhões (líquido de honorários advocatícios e impostos), referente a créditos com precatórios federais.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

Em 2015 foram encaminhados para reciclagem 19,3 toneladas de resíduos sólidos, incluindo os resíduos eletrônicos provenientes de equipamentos recebidos de Clientes no processo de logística reversa.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 103 mil colaboradores ao final de dezembro de 2015, incluindo aproximadamente 7,4 mil colaboradores em unidades no exterior e 49 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 13,9 bilhões de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 10,3% em relação ao ano anterior.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2015, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro a dezembro de 2015, foram prestados os seguintes serviços:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro, 23 de março e 26 de maio – aquisição de pesquisas e materiais técnicos;
- 22 de maio – participação em curso aberto ao público, relacionado à gestão de capital humano;
- 11 de junho – análise do tratamento fiscal relacionado às operações de venda para entrega futura;
- 18 de agosto – participação em *workshop*: Resultados e Tendências - *Benchmarking* de Capital Humano 2015;
- 09 de setembro – consultoria relacionada a processos internos e práticas usuais de mercado para operação de *Middle Market*;
- 23 de setembro – revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 09 de outubro - participação em curso aberto ao público, relacionado à gestão de capital humano - *Workforce Planning*;
- 18 de novembro - diagnóstico sobre controles nos processos de negociação de dívidas de cartão de crédito; e
- 17 de dezembro - participação em curso aberto ao público, relacionado à gestão de capital humano - *HR Analytics*.

Justificativa dos Auditores Independentes – PWC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Registramos votos de agradecimentos ao Dr. Carlos da Camara Pestana pelo empenho, intensa dedicação e valiosa contribuição ao Conglomerado Itaúsa por quase 40 anos que, na Assembleia Geral da Itaúsa de 30.04.2015, não foi reconduzido ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

HENRI PENCHAS

LICIO DA COSTA RAIMUNDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO

FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiros Suplentes respectivos

JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO

PEDRO AMÉRICO HERBST

FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR

AUGUSTO CARNEIRO DE OLIVEIRA FILHO

JOÃO COSTA

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)

Diretores Vice-Presidentes

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contador

RICARDO JORGE PORTO DE SOUSA

CRC 1SP 185.916/O-8

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO
FÁBIO COLLETTI BARBOSA
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
NILDEMAR SECCHES
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GERALDO TRAVAGLIA FILHO

Membros

ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO
DIEGO FRESCO GUTIERREZ
LUIZ ALBERTO FIORE
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
SERGIO DARCY DA SILVA ALVES

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Gerais

CANDIDO BOTELHO BRACHER
MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI
MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI

Diretores Vice-Presidentes

CLAUDIA POLITANSKI
EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON

Diretores Executivos

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO
PAULO SERGIO MIRON

Diretores

ADRIANO CABRAL VOLPINI
ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON MACEDO BORTOLOTO
JOSÉ VIRGILIO VITA NETO
MARCELO KOPEL (*)
MATIAS GRANATA
RODRIGO LUÍS ROSA COUTO
WAGNER BETTINI SANCHES

(*) Diretor de Relações com Investidores

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
FRANCISCO AMAURI OLSEN
HELIO SEIBEL
HENRI PENCHAS
KATIA MARTINS COSTA
RAUL CALFAT
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira

ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA

Vice-Presidente da Unidade de Negócios DECA

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO

Diretores

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
BRUNO BASILE ANTONACCIO
FLAVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOSÉ RICARDO PARAÍSO FERRAZ
MARCO ANTONIO MILLEO
MARIA JULIETA PINTO RODRIGUES NOGUEIRA
NELSON RICARDO TEIXEIRA
PAULO CESAR MARÓSTICA

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

HENRI PENCHAS
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN

Diretores

RENATA MARTINS GOMES
RODOLFO LATINI NETO (*)

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

CESAR SUAKI DOS SANTOS
HENRI PENCHAS
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros Suplentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO DE MARCHI (*)

Diretores

ELDER ANTONIO MARTINI
RICARDO CRAVEIRO MASSARI

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balço Patrimonial Consolidado**

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.174	1.897
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4	282	290
Clientes	5	996	1.069
Outros Ativos Financeiros	6a	1.176	1.080
Estoques	7	968	831
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	41.216	35.806
Imobilizado, Líquido	9	4.146	4.085
Ativos Intangíveis, Líquidos	10	1.024	1.029
Ativos Biológicos	11	1.442	1.355
Ativos Fiscais		1.322	1.130
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		388	286
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12b	816	744
Outros		118	100
Outros Ativos	6a	13	22
Ativo Mantido para Venda	28	41	-
Propriedade para Investimento	29	30	-
TOTAL DO ATIVO		54.830	48.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.568	1.322
Empréstimos e Financiamentos	13	2.961	2.902
Debêntures	14	137	123
Provisões	15	743	574
Obrigações Fiscais		789	751
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		29	11
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	611	623
Outras		149	117
Outros Passivos	6b	761	683
Total do Passivo		6.959	6.355
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	32.325	27.025
Ações em Tesouraria		(33)	(91)
Reservas	16c	13.341	12.777
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(786)	(485)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		44.847	39.226
Participações de Acionistas não Controladores		3.024	3.013
Total do Patrimônio Líquido		47.871	42.239
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.830	48.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
 (Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Vendas de Produtos e Serviços	18	4.885	5.021
Custo dos Produtos e Serviços	19	(3.731)	(3.767)
Despesa com Vendas		(621)	(582)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(316)	(300)
Outros Resultados Operacionais	21	23	201
Despesas Tributárias		(229)	(158)
Resultado Financeiro		(92)	(60)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	9.057	7.908
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		8.976	8.263
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12a	(40)	(56)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	58	(46)
Lucro Líquido		8.994	8.161
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		8.868	7.911
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		126	250
Lucro por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		1,31	1,18
Preferenciais		1,31	1,18
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.591.935.303	2.574.885.379
Preferenciais		4.153.004.231	4.115.971.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
 (Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido	8.994	8.161
Outros Resultados Abrangentes	(301)	390
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	(283)	316
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(303)	324
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(303)	324
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	20	(8)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	20	(8)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	(18)	74
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(18)	74
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(18)	74
Total do Resultado Abrangente	8.693	8.551
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	8.567	8.301
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	126	250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Ajustado		932	1.105
Lucro Líquido		8.994	8.161
Ajustes ao Lucro Líquido:		(8.062)	(7.056)
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		384	272
Depreciação, Amortização e Exaustão	9, 10 e 11	631	651
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	(9.057)	(7.908)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(58)	46
Varição do Valor Justo dos Ativos Biológicos	11c	(124)	(221)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		18	14
Provisões para Passivos Contingentes	15b	139	26
Outros		5	64
Variações nos Ativos e Passivos		318	(29)
Aumento Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(88)	(204)
Redução em Contas a Receber de Clientes		55	115
Aumento em Estoques		(137)	(18)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais		(134)	29
Redução em Demais Ativos		10	349
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		51	(22)
Aumento (Redução) em Demais Passivos		561	(278)
Outros		(264)	(271)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(13)	(72)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(251)	(199)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		986	805
Aquisição de Investimentos		(1)	(148)
Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		(575)	(676)
Alienação de Imobilizado de Uso e Intangível		-	75
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		2.550	2.019
Outros		-	(26)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		1.974	1.244
Subscrição e Integralização de Capital		3	188
Ações em Tesouraria		(38)	(101)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(2.545)	(1.889)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		719	925
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(819)	(807)
Amortização de Debêntures		(7)	(7)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(2.687)	(1.691)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		273	358
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	1.897	1.539
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		4	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	2.174	1.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	%	01/01 a 31/12/2014	%
Receitas	6.190		6.637	
Vendas de Produtos e Serviços	6.165		6.352	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(18)		(14)	
Outras Receitas	43		299	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.936)		(3.924)	
Custos dos Produtos e Serviços	(3.280)		(3.240)	
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(645)		(674)	
Outras	(11)		(10)	
Valor Adicionado Bruto	2.254		2.713	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(631)		(651)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.623		2.062	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	9.517		8.208	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	9.057		7.908	
Receitas Financeiras	446		288	
Outras Receitas	14		12	
Valor Adicionado Total a Distribuir	11.140		10.270	
Distribuição do Valor Adicionado	11.140	100,00%	10.270	100,00%
Pessoal	813	7,30%	851	8,29%
Remuneração Direta	650		696	
Benefícios	117		109	
F.G.T.S.	44		42	
Outros	2		4	
Impostos, Taxas e Contribuições	818	7,34%	888	8,65%
Federais	601		677	
Estaduais	211		205	
Municipais	6		6	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	515	4,62%	370	3,60%
Remuneração de Capital Próprio	8.994	80,74%	8.161	79,46%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	3.035		2.546	
Lucros Retidos do Período	5.833		5.365	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	126		250	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balço Patrimonial Individual**

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Equivalentes de Caixa		802	643
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		282	290
Outros Ativos Financeiros		936	697
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		888	625
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		48	72
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 Ic	43.641	38.035
Imobilizado, Líquido		85	70
Ativos Intangíveis, Líquidos		460	460
Ativos Fiscais		804	759
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		316	206
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		486	551
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		5	4
TOTAL DO ATIVO		47.015	40.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.444	1.282
Provisões		599	412
Obrigações Fiscais		117	32
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		6	5
Outras		111	27
Outros Passivos		8	6
Total do Passivo		2.168	1.732
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	32.325	27.025
Ações em Tesouraria		(33)	(91)
Reservas	16c	13.341	12.777
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(786)	(485)
Total do Patrimônio Líquido		44.847	39.226
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.015	40.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Resultado Individual

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado Financeiro		98	66
Outras Receitas Operacionais		12	12
Despesas Gerais e Administrativas		(40)	(34)
Despesas Tributárias		(227)	(157)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 l c	9.092	8.100
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		8.935	7.987
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(67)	(73)
Lucro Líquido		8.868	7.911
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		1,31	1,18
Preferenciais		1,31	1,18
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.591.935.303	2.574.885.379
Preferenciais		4.153.004.231	4.115.971.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente Individual

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido	8.868	7.911
Outros Resultados Abrangentes	(301)	390
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	(283)	316
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(303)	324
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(303)	324
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	20	(8)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	20	(8)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	(18)	74
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(18)	74
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(18)	74
Total do Resultado Abrangente	8.567	8.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido		Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	
Saldo em 01/01/2014	22.000	-	8.127	3.262	617	-	(875)	33.131	2.843	35.974
Transações com os Acionistas	5.025	(91)	(4.500)	-	(58)	(2.546)	-	(2.170)	(80)	(2.250)
Subscrição e Integralização de Capital	525	-	-	-	-	-	-	525	-	525
Ações em Tesouraria	-	(91)	-	-	-	-	-	(91)	-	(91)
Aumento de Capital com Reservas	4.500	-	(4.500)	-	-	-	-	-	-	-
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	(80)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.987)	-	(1.987)	-	(1.987)
Dividendo - Valor a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	559	(559)	-	-	-	-
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	-	-	-	(617)	-	-	(617)	-	(617)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(36)	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Integralização de Reservas	-	-	3.262	(3.262)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	7.911	390	8.301	-	8.301
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	7.911	-	7.911	-	7.911
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	390	390	-	390
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	396	-	-	(396)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	4.969	-	(4.969)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	27.025	(91)	7.249	4.969	559	-	(485)	39.226	2.763	41.989
Mutações do Período	5.025	(91)	(878)	1.707	(58)	-	390	6.095	(80)	6.015
Saldo em 01/01/2015	27.025	(91)	7.249	4.969	559	-	(485)	39.226	3.013	42.239
Transações com os Acionistas	5.300	58	(5.255)	-	159	(3.035)	-	(2.773)	11	(2.762)
Subscrição e Integralização de Capital	300	-	-	-	-	-	-	300	-	300
Ações em Tesouraria	-	(38)	-	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	96	(96)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	5.000	-	(5.000)	-	-	-	-	-	-	-
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.317)	-	(2.317)	-	(2.317)
Dividendo Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	718	(718)	-	-	-	-
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	-	(159)	-	(559)	-	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(173)	-	-	-	-	(173)	-	(173)
Integralização de Reservas	-	-	4.969	(4.969)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	8.868	(301)	8.567	-	8.567
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	8.868	-	8.868	-	8.868
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(301)	(301)	-	(301)
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	443	-	-	(443)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	5.390	-	(5.390)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	32.325	(33)	7.233	5.390	718	-	(786)	44.847	3.024	47.871
Mutações do Período	5.300	58	(16)	421	159	-	(301)	5.621	11	5.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Ajustado	(17)	(20)
Lucro Líquido	8.868	7.911
Ajustes ao Lucro Líquido:	(8.885)	(7.931)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(9.092)	(8.100)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67	73
Provisão para Passivos Contingentes	138	94
Depreciação e Amortização	2	2
Variações nos Ativos e Passivos	289	(137)
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros	8	(204)
Redução em Outros Ativos	270	263
Aumento (Redução) em Provisões e Demais Passivos	11	(196)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais	272	(157)
Aumento de Capital em Subsidiária	(200)	-
Aquisição de Imobilizado	(17)	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.591	2.097
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	2.374	2.097
Subscrição e Integralização de Capital	3	188
Aquisição de Ações para Tesouraria	(38)	(91)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(2.452)	(1.734)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(2.487)	(1.637)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	159	303
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	643	340
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	802	643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
 (Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2015	%	01/01 a 31/12/2014	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(31)		(18)	
Serviços de Terceiros	(21)		(9)	
Outras	(10)		(9)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(5)		(5)	
Outras	(5)		(4)	
Valor Adicionado Bruto	(31)		(18)	
Depreciação e Amortização	(2)		(2)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(33)		(20)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	9.254		8.206	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em	9.092		8.100	
Receitas Financeiras	150		94	
Outras Receitas	12		12	
Valor Adicionado Total a Distribuir	9.221	100,00%	8.186	100,00%
Distribuição do Valor Adicionado	9.221		8.186	
Pessoal	7	0,08%	12	0,15%
Remuneração Direta	7		12	
Impostos, Taxas e Contribuições	294	3,19%	235	2,87%
Federais	294		235	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	52	0,56%	28	0,34%
Remuneração do Capital Próprio	8.868	96,17%	7.911	96,64%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.035		2.546	
Lucros Retidos do Período	5.833		5.365	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015
(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,44% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,03% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 18 de fevereiro de 2016.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de Dezembro de 2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios aos empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que a Itaúsa e suas Controladas já consideram este procedimento.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver alguma aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações Contábeis da ITAÚSA.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IAS 19 Benefícios aos Empregados, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA..
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Itaúsa e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4I, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/12/2015 era de R\$ 816 (R\$ 744 em 31/12/2014).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 31/12/2015 era de R\$ 771 (R\$ 579 em 31/12/2014).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 45, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2015	Porcentagem do capital em 31/12/2014
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,36%	36,72%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itaotec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda, é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no seu valor contábil. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado, enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em "Outros Resultados Operacionais".

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o

seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

I) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Dentre outros assuntos, a referida Lei, dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida lei não acarretou efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

m) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

n) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

o) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

p) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

q) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

r) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

s) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

t) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	80	43
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	348	135
Certificado de Depósitos Bancários	944	1.074
Operações Compromissadas	802	640
Letra Financeira do Tesouro	-	5
Total	2.174	1.897

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/12/2015	31/12/2014
Letra Financeira Subordinada	61	61
Letra Financeira do Tesouro	221	229
Total	282	290

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	31/12/2015	31/12/2014
Clientes no país	864	957
Clientes no exterior	148	101
Partes Relacionadas	43	54
<i>Impairment</i>	(59)	(43)
Total	996	1.069

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	931	1.003
Vencidos até 30 dias	29	31
Vencidos de 31 a 60 dias	10	4
Vencidos de 61 a 90 dias	4	2
Vencidos de 91 a 180 dias	7	7
Vencidos há mais de 180 dias	74	65
Total	1.055	1.112

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o período findo em 31 de dezembro de 2015.

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(43)	(38)
Constituição	(19)	(17)
Reversão	1	3
Baixa de títulos	6	9
Aquisição DuchaCorona	(4)	-
Saldo Final	(59)	(43)

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS**a) Outros Ativos**

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Ativos Financeiros	919	257	653	427
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	104	-	149
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	835	-	607	-
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	19	9	15	6
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	3	122	-	164
Créditos com Precatório	-	10	-	87
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	5	12	5	21
Outros Valores a Receber	57	-	26	-
Outros Ativos Não Financeiros	13	-	22	-
Despesas Antecipadas	6	-	20	-
Outros	7	-	2	-

b) Outros Passivos

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores	271	-	213	-
Provisão de Pessoal	147	-	163	-
Sociedade em Conta de Participação ⁽¹⁾	108	-	10	98
Adiantamento de Clientes	22	6	7	-
Aquisição de Empresas	24	33	10	24
Rendas Antecipadas	7	-	7	-
Fretes e Seguros a Pagar	17	-	14	2
Comissões a Pagar	8	-	9	-
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	8	-	7	5
Provisões para Garantias e Reestruturação	17	28	22	11
Outras Contas a Pagar	32	33	27	54
Total	661	100	489	194

(1) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

NOTA 7 - ESTOQUES

	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	381	316
Produtos Acabados	366	318
Produtos em elaboração	117	105
Almoxarifado Geral	107	96
Adiantamento a Fornecedores	3	9
Provisão para perdas nos estoques	(6)	(13)
Total	968	831

O custo dos estoques reconhecido no resultado é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 31 de dezembro de 2015 R\$ 3.731 (R\$ 3.767 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 01/01/2014							
Capital Social	60.000	6.500	1.697	321	280	52	29
Ações em Tesouraria	(1.854)	-	(18)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.513)	(611)	427	(1)	-	-	-
Reservas	25.606	14.419	2.259	184	(124)	47	(28)
Outros	984	-	-	-	-	5	-
Saldo Contábil em 01/01/2014	83.223	20.308	4.365	504	156	104	1
Movimentações de 01/01 a 31/12/2014	16.037	4.110	178	(39)	(47)	2	-
Resultado Líquido	21.555	4.019	390	(32)	(38)	2	-
Ações em Tesouraria	749	-	(10)	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.994)	(161)	(189)	(7)	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	1.082	279	(23)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(355)	(27)	10	-	(9)	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2014							
Capital Social	75.000	7.430	1.868	321	272	52	32
Ações em Tesouraria	(1.328)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(431)	(332)	405	(1)	-	2	-
Reservas	24.511	17.320	2.298	145	(163)	52	(31)
Outros	1.508	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 31/12/2014	99.260	24.418	4.543	465	109	106	1
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	12.992	3.839	(11)	(10)	(32)	199	1
Resultado Líquido	25.740	4.465	183	(11)	(19)	(1)	-
Ações em Tesouraria	(2.924)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(8.440)	(277)	(254)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(859)	(225)	55	1	-	-	-
Outras Movimentações	(525)	(124)	5	-	(13)	200	1
Patrimônio Líquido em 31/12/2015							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	(195)	43	(45)
Outros	1.733	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 31/12/2015	112.252	28.257	4.532	455	77	305	2

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2014	2.770.034.003	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações do Capital Social	2.770.036.544	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.541)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2014	2.706.967.586	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	2.760.796.137	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(53.828.551)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2014	5.477.001.589	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2014	1.071.116.200	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	752.189	12.200.000
Ações Ordinárias	1.071.022.909	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	752.189	12.200.000
Ações Preferenciais	93.291	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2014							
No Capital Social	19,56%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,40%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2015	3.047.037.403	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2015	2.874.313.101	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.036.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(162.562.650)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2015	5.921.350.504	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2015	1.178.227.819	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta 31/12/2015							
No Capital Social	(1) 19,9%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	35,40%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,9% e indireta de 17,46%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,24% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,36% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto		Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 01/01/2014								
Participação Societária	16.341	13.512	1.542	486	146	104	1	32.132
Resultados Não Realizados	(15)	-	-	-	(100)	-	-	(115)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	164	-	-	-	-	-	-	164
Saldo Contábil em 01/01/2014	16.490	13.512	1.542	486	46	104	1	32.181
Movimentações de 01/01 a 31/12/2014	3.030	2.734	65	(37)	60	2	-	5.854
Resultado de Participação Societária	5.258	2.674	137	(31)	60	2	-	8.100
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.420)	(107)	(67)	(6)	-	-	-	(2.600)
Outros Resultados Abrangentes	212	186	(8)	-	-	-	-	390
Outras Movimentações	(20)	(19)	3	-	-	-	-	(36)
Saldo do Investimento em 31/12/2014								
Participação Societária	19.413	16.246	1.607	449	106	106	1	37.928
Resultados Não Realizados	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	121	-	-	-	-	-	-	121
Saldo Contábil em 31/12/2014	19.520	16.246	1.607	449	106	106	1	38.035
Valor de Mercado em 31/12/2014	69.823	-	1.913	262	176	-	-	72.174
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	2.896	2.554	(4)	(9)	(31)	199	1	5.606
Resultado de Participação Societária	6.098	2.971	65	(11)	(31)	(1)	1	9.092
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.938)	(184)	(90)	-	-	-	-	(3.212)
Aumento de Capital em Subsidiárias	-	-	-	-	-	200	-	200
Outros Resultados Abrangentes	(171)	(150)	19	1	-	-	-	(301)
Outras Movimentações	(93)	(83)	2	1	-	-	-	(173)
Saldo do Investimento em 31/12/2015								
Participação Societária	22.336	18.800	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	93	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 31/12/2015	22.416	18.800	1.603	440	75	305	2	43.641
Valor de Mercado em 31/12/2015	58.179	-	1.395	184	164	-	-	59.922

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014			01/01 a 31/12/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,72	64,16	99.260	19.520	69.823	21.555	5.258
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	24.418	16.246	-	4.019	2.674
OKI Brasil	-	-	-	40	-	-	(21)
Outros	-	-	-	-	-	-	(*) (3)
Total				35.806			7.908

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015			01/01 a 31/12/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	112.252	22.416	58.179	25.740	6.098
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	28.257	18.800	-	4.465	2.971
Outros	-	-	-	-	-	-	(*) (12)
Total				41.216			9.057

(*) Inclui o resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/12/2015	31/12/2014
Ativos	1.276.424	1.127.206
Caixa e Equivalente de Caixa	91.649	125.318
Ativos Financeiros	651.825	501.590
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	447.404	430.039
Ativos Fiscais	52.158	35.246
Demais Ativos	33.388	35.013
Passivos	1.163.629	1.026.586
Depósitos	292.610	294.773
Captações no Mercado Aberto	336.643	288.683
Outros Passivos Financeiros	354.046	288.200
Provisão de Seguros e Previdência Privada	129.305	109.778
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	18.994	17.027
Demais Passivos	32.031	28.125

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receita de Juros e Rendimentos	147.789	120.115
Despesa de Juros e Rendimentos	(75.064)	(72.977)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	18.265	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	7.891	(6.947)
Lucro Líquido	26.156	21.861
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	25.740	21.555
Outros Resultados Abrangentes	(859)	1.082
Resultado Abrangente	24.881	22.637

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.921.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2013								
Custo	686	983	3.729	46	52	407	136	6.039
Depreciação Acumulada	-	(386)	(1.650)	(31)	(45)	-	(95)	(2.207)
Saldo Contábil, líquido	686	597	2.079	15	7	407	41	3.832
Movimentações de 01/01 a 31/12/2014								
Aquisições	85	105	226	5	6	240	2	669
Baixas	(46)	(1)	(13)	(1)	-	(2)	-	(63)
Depreciação	-	(37)	(278)	(3)	(4)	-	(10)	(332)
Outros	2	52	235	2	1	(327)	14	(21)
Saldo em 31/12/2014								
Custo	727	1.115	4.169	52	57	318	142	6.580
Depreciação Acumulada	-	(399)	(1.920)	(34)	(47)	-	(95)	(2.495)
Saldo Contábil, líquido	727	716	2.249	18	10	318	47	4.085
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015								
Aquisições	13	15	51	5	2	248	18	352
Baixas	(1)	(1)	(4)	-	(1)	(1)	(1)	(9)
Depreciação	-	(40)	(296)	(3)	(2)	-	(13)	(354)
Transferências	2	46	304	2	1	(370)	15	-
Transferência para Propriedade para Investimento	(2)	(28)	-	-	-	-	-	(30)
Outros	36	17	47	1	-	-	1	102
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	6.970
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	(2.824)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2013					
Custo	59	15	714	396	1.184
Amortização Acumulada	(38)	(1)	-	(105)	(144)
Saldo Contábil, líquido	21	14	714	291	1.040
Movimentações de 01/01 a 31/12/2014					
Aquisições	8	1	-	-	9
Amortização	(9)	-	-	(27)	(36)
Baixas	-	(10)	-	-	(10)
Outros	6	5	-	15	26
Saldo em 31/12/2014					
Custo	74	11	714	412	1.211
Amortização Acumulada	(48)	(1)	-	(133)	(182)
Saldo Contábil, líquido	26	10	714	279	1.029
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015					
Aquisições	18	1	-	-	19
Baixas	(4)	-	-	-	(4)
Amortização	(8)	(1)	-	(27)	(36)
Outros	1	14	-	1	16
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill) é decorrente das seguintes aquisições:

Aquisições	
Itaú Unibanco Holding (nota 23)	437
Satipel	188
Thermosystem	26
Cerâmica Monte Carlo	22
Deca Nordeste	17
Metalúrgica Jacareí	2
Outras Aquisições	22
Saldo Contábil, líquido	714

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2015, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 170,3 mil hectares em áreas de efetivo plantio (164,6 mil hectares em 31/12/2014) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,17% a.a. em 31 de dezembro de 2015 e 10,1% a.a. em 31 de dezembro de 2014. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde os custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.
- ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.
- iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.
- v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	895	785
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	547	570
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.442	1.355

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.355	1.126
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	124	221
Exaustão	(146)	(181)
Variação do Valor Histórico		
Formação	204	292
Exaustão	(95)	(103)
Saldo final	1.442	1.355

	31/12/2015	31/12/2014
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(22)	40
Variação do Valor Justo	124	221
Exaustão do Valor Justo	(146)	(181)

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.976	8.263
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(3.052)	(2.809)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	3.070	2.707
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	3.079	2.689
Resultado de Investimentos no Exterior	(2)	7
Juros Sobre o Capital Próprio	113	(49)
Reversão de Crédito Fiscal Diferido	(142)	-
Outras	22	60
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(102)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	(2)	77	369
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	3	6
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	1	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(2)	49	189
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	119	(119)	-	-
Outros	27	(2)	10	35
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(125)	140	744
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	2	-	(54)
Valor Presente de Financiamento	(7)	2	-	(5)
Resultado do Swap	(17)	-	(27)	(44)
Depreciação	(83)	-	(22)	(105)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	2	-	(4)
Outras Obrigações	(46)	17	(2)	(31)
Ajustes CPCs / IFRS	(300)	-	(76)	(376)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	23	(127)	(623)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(102)	13	121

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(49)	183	503
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	2	8
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(13)	72	248
Outros	35	(16)	35	54
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(220)	292	816
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	3	-	(51)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(85)	(129)
Depreciação	(105)	96	(1)	(10)
Planos de Pensão	(4)	1	(2)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	2	-	(2)
Outras Obrigações	(31)	3	(22)	(50)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	17	-	(359)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	122	(110)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(98)	182	205

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 31/12/2015, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Fiscal Diferido:	816	744
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	55	109
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	761	635
Passivo Fiscal Diferido	(611)	(623)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(611)	(623)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	121

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empresa	Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/12/2015		31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex	BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	64	5	76	69
	BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	24	-
	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	64	146	66	209
	BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5	7	5	11
	BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	2	1	3
	FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	8	43	5	46
	FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	-	6	-	4
	BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85 % a.a.	Nota Promissória	-	-	27	-
	BNDES PROGEREN	9,0 % a.a.	Duplicatas	-	-	1	-
	CREDITO INDUSTRIAL	103 % CDI	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	-	-	205	-
	CREDITO INDUSTRIAL COM SWAP	12,7 % a.a.	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	-	-	58	-
	FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	20	97	20	111
	FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	2	36	1	29
	PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	4	1	12	4
	CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	1	56	1	58
	CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % CDI	-	14	645	7	407
	DESCONTO NPR	8,75% a.a	-	20	-	-	-
	Total moeda nacional			203	1.045	509	951
	BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	14	1	12	10
	BNDES	Cesta de moedas + 2,4 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	-	4	-
	BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	1	2	2
	BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	-	-	1
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	110	180	104	109
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	-	176	119	-
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 3,66 % a.a.	Nota Promissória	3	185	-	-
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,1 % a.a.	Nota Promissória	-	108	-	108
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 2,27 % a.a.	Nota Promissória	1	127	1	127
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,5 % a.a.	Nota Promissória	2	127	1	126
	Total moeda estrangeira			133	905	243	483
Total Duratex				336	1.950	752	1.434
Duratex	BNDES	3,5 a 5,5 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	27	1	1
Controladas	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	3	53	2	76
	FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	1	3	-	4
	NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	7	141	139	-
	NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	10,6 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	-	113	-
	NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	11,5 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	127	-	-	111
	Total moeda nacional			139	224	255	192
	BANCO SANTADER-HERMES COM SWAP	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	3	5	2	7
	CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	2	5	-	5
	DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	10	11	-	39
	LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	2	-	1
	Total moeda estrangeira			15	23	2	52
Total Duratex Controladas				154	247	257	244
Elekeiroz	BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	23	46	14	40
	BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	-	6	-	1
	BNDES	3,0 a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	3	1	4
	FINEP	3,5% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	10	2	11
	CESSAÇÃO DE CRÉDITO	17,18 % a.a.	-	23	-	33	-
	NCE	CDI + 2,67 a 2,91 % a.a.	-	40	-	-	-
	VENDOR	-	-	2	-	1	-
	PRÉ PAGTO. EXP. COM SWAP	CDI + 5,22 % a.a.	-	20	-	-	-
	Total moeda nacional			112	65	51	56
	BNDES	Varição cambial+2,03 a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	7	12	4	10
	ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,50 % a.a.	-	-	-	9	-
	Total moeda estrangeira			7	12	13	10
Total Elekeiroz				119	77	64	66
Itautec	BNDES	TJLP + 1,1 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	2	1
	BNDES	TJLP + 3,1 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	2	1
	BNDES	5,6 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	1	-
	FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	15	19	15	33
	BB 4131	105,6 % CDI	-	11	-	-	10
	HSBC 4131	106,5% CDI	-	-	-	20	-
	ALFA CG	110,65% CDI	-	30	-	-	-
	Total moeda nacional			59	19	40	45
Total Itautec				59	19	40	45
Total Itaúsa Consolidado				668	2.293	1.113	1.789

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	542
2017	552	468
2018	483	239
2019	732	179
2020	423	330
2021	79	14
2022	10	8
2023	7	9
Demais	7	-
Total	2.293	1.789

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	7	130	137	7	116	123

NOTA 15 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/12/2015	31/12/2014
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	135	122
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	12
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	14	12
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	33	19
PIS e COFINS	4	4
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	13	11
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	18	17
Outros	12	16
Total	242	213

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014 (*)	484	76	19	579
Atualização Monetária	56	18	2	76
Constituição	148	37	1	186
Reversão	(18)	(25)	(4)	(47)
Pagamentos	(6)	(25)	(1)	(32)
Aquisição DuchaCorona	-	6	3	9
Saldo Final	664	87	20	771
(-) Depósitos Judiciais	(14)	(14)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015 após a compensação dos Depósitos Judiciais	650	73	20	743

(*) Em Provisões Cíveis, considera a reclassificação de R\$ 13 para Outros Passivos.

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 574: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2015, esses processos totalizavam R\$ 801 para causas tributárias, R\$ 25 para causas trabalhistas e R\$ 8 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 296: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 245: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 92: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 41: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 18: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 13: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA**a) Capital Social**

O capital social autorizado é de 9.075.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 3.025.000.000 em ações ordinárias e até 6.050.000.000 em ações preferenciais.

Em Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 27/04/2015 foi homologado o Aumento do Capital Social no montante de R\$ 300, mediante subscrição particular de 44.776.120 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 17.210.555 ordinárias e 27.565.565 preferenciais, com integralização de R\$ 3 em dinheiro e R\$ 297 em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30/04/2015, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 10.547.800 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria em 31/03/2015, sendo 8.227.800 ordinárias e 2.320.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R\$ 96 das Reservas Estatutárias.
- Aumento do capital social em R\$ 5.000, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 469 da Reserva Legal, R\$ 1.317 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 3.214 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 614.436.230 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 236.140.646 ordinárias e 378.295.584 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 04/05/2015;
- Aumento do limite do capital autorizado na mesma proporção da bonificação em ações prevista no item anterior, elevando-o de 8.250.000.000 para 9.075.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 3.025.000.000 em ações ordinárias e até 6.050.000.000 em preferenciais.

Após esses eventos, o Capital Social passou a ser de R\$ 32.325, representado por 6.758.798.536 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.597.547.108 ordinárias e 4.161.251.428 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2014 e 2015:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2014	246.197.004	393.269.721	639.466.725	5.125
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	213.856.700	341.610.025	555.466.725	-
Subscrição de Ações	32.340.304	51.659.696	84.000.000	525
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	27.025
Residentes no País	2.351.938.446	2.307.922.622	4.659.861.068	20.610
Residentes no Exterior	485.261	1.449.787.657	1.450.272.918	6.415
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 (*)	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(7.718.200)	(2.200.000)	(9.918.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	-	(120.000)	(120.000)	-
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2015	245.123.401	403.541.149	648.664.550	5.300
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.596.527.796	2.755.241.873	5.351.769.669	25.596
Residentes no Exterior	1.019.312	1.406.009.555	1.407.028.867	6.729
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 (*)	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(2.635.200)	(2.000.000)	(4.635.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo médio unitário de R\$ 8,53 (R\$ 9,25 em 31/12/2014) para as ações ordinárias e R\$ 7,38 (R\$ 8,64 em 31/12/2014) para as ações preferenciais.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	8.868	
(-) Reserva Legal	(443)	
Base de Cálculo do Dividendo	8.425	
Dividendo Mínimo Obrigatório	2.106	25,00%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	2.717	32,25%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	787	(88)	699
Dividendos	202	-	202
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2015	101	-	101
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/10/2015	101	-	101
Juros sobre o Capital Próprio	585	(88)	497
1 parcela de R\$ 0,0865 por ação paga em 25/08/2015	585	(88)	497
Provisionado / Declarado	918	(123)	795
Dividendos	101	-	101
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 04/01/2016	101	-	101
Juros sobre o Capital Próprio	817	(123)	694
1 parcela de R\$ 0,1209 por ação a ser paga em 29/02/2016	817	(123)	694
Provisionado / A ser Declarado	1.330	(107)	1.223
Dividendos	612	-	612
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/04/2016	101	-	101
1 parcela de R\$ 0,0755 por ação a ser paga em 29/02/2016	511	-	511
Juros sobre o Capital Próprio Adicionais ao Mínimo Obrigatório	718	(107)	611
1 parcela de R\$ 0,1063 por ação a ser paga em 29/02/2016	718	(107)	611
Total em 31/12/2015 - R\$ 0,4021 líquido por ação	3.035	(318)	2.717
Total em 31/12/2014 - R\$ 0,3633 líquido por ação ^(*)	2.546	(108)	2.438

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- **Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de Lucros	12.654	12.159
Legal	1.123	1.149
Estatutárias	11.531	11.010
Equalização de Dividendos	5.291	2.998
Reforço do Capital de Giro	2.770	3.104
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.752	4.349
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	718	559
Outras Reservas	687	618
Total das Reservas na Controladora	13.341	12.777

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2014	1.149	11.010	618	12.777
Constituição de Reservas	443	5.390	-	5.833
Cancelamento de Ações	-	(96)	-	(96)
Aumento de Capital com Reservas	(469)	(4.531)	-	(5.000)
Dividendo - Valor a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	718	-	718
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(242)	69	(173)
Saldo em 31/12/2015	1.123	11.531	687	13.341

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

⁽¹⁾ cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					Dez/14	Dez/15			2007 a 2012	2013	2014	2015		
					(*)									
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	59.113	9,79	1	1	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.506.527	1.469.581	8,88	25	25	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.580.420	1.543.474	7,26	19	19	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	898.639	867.236	3,98	9	9	-	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.483.850	1.471.579	7,04	9	7	2	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.045.299	2.014.061	5,11	9	4	3	2	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.411.122	1.010.991	5,69	6	1	2	2	1	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.648.699	6,54	9	-	2	2	2	2	2
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.163.532	2.154.616	4,48	9	-	-	2	2	2	5
Soma	18.671.198				12.797.201	12.239.350		96	66	9	8	5	7	
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	
Valor apurado								93	64⁽¹⁾	8⁽²⁾	8⁽³⁾	5⁽⁴⁾	7⁽⁵⁾	

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2012.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2014.

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2015.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 31 de dezembro de 2015 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itautec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Premissas

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/16
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 31 de dezembro de 2015 o preço de mercado das ações era de R\$ 15,00 (R\$ 16,10 em 31 de dezembro de 2014) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 18 - VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receita Bruta de Vendas e Serviços	6.165	6.352
Mercado Interno	5.410	5.771
Mercado Externo	755	581
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(1.280)	(1.331)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	4.885	5.021

NOTA 19 - CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Matérias Primas e Materiais de Consumo	(2.835)	(2.945)
Remuneração, Encargos e Benefícios	(676)	(735)
Depreciação, Amortização Exaustão	(586)	(609)
Variação nos Estoques de Produtos Acabados e em Elaboração	484	401
Variação Valor Justo Ativo Biológico	124	221
Outros Custos	(242)	(100)
Total	(3.731)	(3.767)

NOTA 20 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesas de Pessoal	(176)	(177)
Remuneração	(117)	(120)
Encargos	(29)	(30)
Benefícios Sociais	(12)	(11)
Treinamento	(2)	(3)
Participações de Empregados nos Lucros	(16)	(13)
Despesas Administrativas	(126)	(113)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4)	(7)
Serviços de Terceiros	(56)	(53)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(2)	(2)
Despesas de Viagem	(3)	(3)
Aluguel e Instalações	(16)	(8)
Convenio de rateio de custos comuns	(6)	(6)
Outros	(39)	(34)
Depreciação	(14)	(10)
Total	(316)	(300)

NOTA 21 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Reversões (provisões) para Contingências	(12)	(1)
Resultado de Plano Benefício	(12)	7
Amortização Intangível	(31)	(32)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(18)	(21)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	45	171
Ganho líquido com precatórios	-	20
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	27	36
Receita de aluguel	11	7
Outros	13	14
Total	23	201

(*) Inclui o reconhecimento, no 1º tri/2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itaotec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido	8.868	7.911
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(42)	(41)
Subtotal	8.826	7.870
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(26)	(26)
Subtotal	8.800	7.844
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.382	3.019
Aos Detentores de Ações Preferenciais	5.418	4.825
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.408	3.045
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	5.460	4.866
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.591.935.303	2.574.885.379
Ações Preferenciais	4.153.004.231	4.115.971.416
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	1,31	1,18
Ações Preferenciais	1,31	1,18

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 23 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS**a) Bank of America Corporation**

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2014	Amortizações/ Realizações	31/12/2015
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	62	(30)	32
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	72	(17)	55
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	135	(47)	88
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	202	(47)	155
Passivo fiscal Diferido (IV)	(81)	19	(62)
Total ágio alocado (V = III + IV)	121	(28)	93
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de dezembro de 2015 com 9.356 participantes (9.719 em 31 de dezembro de 2014).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 119 (R\$ 131 em 31 de dezembro 2014). Foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 12 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo registrado correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 6 (R\$ 33 em 31 de dezembro 2014) a ser realizado em 2 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de Desconto	12,60% a.a.	12,73% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,38 % a.a.	9,18 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,00 % a.a.	6,00 % a.a.
Inflação	5,00 % a.a.	6,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Área Financeira

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de dezembro de 2015 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.276.415	9.008	763	219	54.830
	2014	1.127.203	8.797	703	290	48.594
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2015	173.428	3.963	894	28	13.942
	2014	154.990	3.985	935	102	12.929
Lucro Líquido	2015	25.740	192	(11)	(19)	8.994
	2014	21.555	394	(32)	(39)	8.161
Lucro Líquido Recorrente ⁽³⁾	2015	22.892	222	(30)	(19)	8.561
	2014	21.083	359	(20)	(46)	7.799
Patrimônio Líquido (PL)	2015	112.252	4.616	455	77	47.871
	2014	99.260	4.609	465	109	42.239
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽⁴⁾	2015	24,8%	4,1%	-2,4%	-21,1%	20,0%
	2014	24,3%	8,7%	-6,6%	-28,9%	21,1%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾⁽⁴⁾	2015	22,0%	4,8%	-6,5%	-21,1%	19,1%
	2014	23,8%	7,9%	-4,1%	-34,2%	20,1%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2015	56.881	919	31	1	932
	2014	58.231	1.030	16	(65)	1.105

⁽¹⁾ O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

⁽²⁾ As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

⁽³⁾ Informação Suplementar

⁽⁴⁾ Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'14 + mar + jun + set + dez) / 5).

⁽⁵⁾ Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Aplicações Financeiras	224	206	28	15
Itaú Unibanco S.A.	224	206	28	15
Clientes	43	54	215	86
Partes Relacionadas de Controladas (*)	43	54	215	86
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(2)	-
Itaú Corretora S.A.	-	-	(1)	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	1	1
Itaú Seguros	-	-	(2)	(1)
Total	267	260	241	101

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 6 (R\$ 6 de 01/01 a 31/12/2014) em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de dezembro de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Duratex S.A.	330	454
Elekeiroz S.A.	110	87
Itautec S.A.	33	48
Total	473	589

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	29	33
Participações no Lucro	15	12
Opções de Ações	6	7
Total	50	52

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 802 (R\$ 643 em 31/12/2014), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2015	31/12/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	19	365	375	(8)
Posição Ativa	1.199	1.568	375	(8)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	1.009	1.393	375	-
Taxa Pré-Fixada	190	175	-	(8)
Posição Passiva	(1.180)	(1.203)	-	-
CDI	(1.180)	(1.203)	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2014	31/12/2014	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	116	116	-
Posição Ativa	988	1.152	116	-
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	681	809	114	-
Taxa Pré-Fixada	307	343	2	-
Posição Passiva	(988)	(1.036)	-	-
CDI	(988)	(1.036)	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(13)	(21)	(30)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		13	21	30
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	49	(437)	(923)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(49)	437	923
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	(13)	(33)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	13	33
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(8)	(17)
		Aumento US\$	-	8	17
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(4)	6	12
		(Aumento US\$)	-	(6)	(12)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	5	10
		(Aumento US\$)	-	(5)	(10)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	5	10
		(Aumento US\$)	-	(5)	(10)
Total			(4)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/12/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	676	1.180	1.235	7
Fornecedores e Outras Obrigações	441	3	-	29
Total	1.117	1.183	1.235	36

31/12/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.124	1.124	776	9
Fornecedores e Outras Obrigações	276	10	5	46
Total	1.400	1.134	781	55

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/12/2015	31/12/2014
Ativos ⁽¹⁾		4.628	4.336
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	80	43
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.094	1.854
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	61	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	221	229
Contas a Receber de Clientes	2	996	1.069
Dividendos/JCP	2	835	607
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	104	149
Outros Ativos Financeiros	2	237	324
Passivos		5.139	4.560
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.098	3.025
Fornecedores / Outras Obrigações	2	473	213
Dividendos/JCP	2	1.568	1.322

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 IIa

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme reunião realizada em 25/02/2015, os membros do Conselho de Administração da Itaotec deliberaram, por unanimidade, aprovar a intenção da Itaotec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a ITAÚSA possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Itaotec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em duas rubricas em função do valor justo ser superior ao valor contábil:

- “Ativo Mantido para Venda” no montante de R\$ 38;
- “Outros Valores a Receber” no montante de R\$ 6, correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Conforme contrato, os montantes acima serão realizados em janeiro de 2017 por ocasião do exercício da *put option*.

NOTA 29 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Propriedades para Investimento	Terrenos	Edifícios	Instalações	Total
Saldo Contábil, líquido em 31/12/2014	-	-	-	-
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	2	28	-	30
Transferência do Ativo Imobilizado	2	53	1	56
Depreciação	-	(25)	(1)	(26)
Saldo em 31/12/2015				
Custo	2	53	1	56
Depreciação Acumulada	-	(25)	(1)	(26)
Saldo Contábil, líquido	2	28	-	30

Em 31/12/2015 a receita de aluguel das propriedades para investimento totalizou R\$ 6 (R\$ 1 em 31/12/2014). Este imóvel, situado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo (terreno, edifício e instalações), está alugado pela subsidiária Itaotec à Oki Brasil Ind. Com. Produtos Tecnologia em Automação S.A..

NOTA 30 – EVENTO SUBSEQUENTE

Aumento de Capital – Duratex S.A.

Em 12 de fevereiro de 2016, o conselho de Administração da Duratex S.A. deliberou elevar o capital social em R\$ 94, passando de R\$ 1.876 para R\$ 1.970, mediante emissão de 3,9541346 novas ações para cada lote de 100 ações possuídas em 16/02/2016 pelo preço de emissão fixado em R\$ 3,60 por ação, estabelecido com base na cotação média ponderada das ações na BM&FBOVESPA, com deságio de 30% para subscrição no período de 17/02/2016 a 17/03/2016, com pagamento à vista, em dinheiro ou mediante utilização da parcela do JCP que será paga em 31/03/2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Companhia)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas (Consolidado)** que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 09 de fevereiro de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** (Itaúsa) procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015, que foram examinadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditor independente do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2016. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Flavio Cesar Maia Luz, José Carlos de Brito e Cunha, Paulo Ricardo Moraes Amaral e Pedro Américo Herbst – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2016

DATA, HORA E LOCAL: Em 18 de fevereiro de 2016, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: A totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditor independente do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa; ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2016. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente; Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores